



## Plano Estratégico da ama

2017 - 2022



A prrovado em Pemba, 10 de Dezembro 2016

ama - associação do meio ambiente / Rua C1 38Pemba, Cabo Delgado, Moçambique  
Telefone e Fax: +258 272 21581 / e-mail: ama.amigosdaterra@gmail.com

## Índice

<b>1.</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>4</b>
<b>2.</b>	<b>Contextualização</b> .....	<b>5</b>
<b>3.</b>	<b>Historial da organização</b> .....	<b>6</b>
3.1.	Visão da ama .....	7
3.2.	Missão ama .....	7
3.3.	Valores da ama .....	7
<b>4.</b>	<b>Grupos alvo da ama</b> .....	<b>8</b>
<b>5.</b>	<b>Objectivo geral</b> .....	<b>8</b>
5.1.	Objectivos específicos.....	8
<b>6.</b>	<b>Problematização</b> .....	<b>9</b>
<b>7.</b>	<b>Área geográfica de intervenção</b> .....	<b>11</b>
<b>8.</b>	<b>Membros, Estrutura e Funcionamento</b> .....	<b>11</b>
<b>9.</b>	<b>Parceiros e parcerias</b> .....	<b>13</b>
<b>10.</b>	<b>Áreas temáticas e estratégicas de intervenção</b> .....	<b>14</b>
10.1.	Gestão Sustentável de Recursos Naturais .....	15
10.1.1.	Objectivo estratégico I:.....	15
	Boa governação, comunicação e advocacia.....	16
10.1.2.	Objectivo estratégico II:.....	16
10.2.	Promoção da Participação e Consulta Comunitária .....	17
10.2.1.	Objectivo estratégico III:.....	17
10.3.	Educação Ambiental e Saneamento .....	18
10.3.1.	Objectivo estratégico IV:.....	18
10.4.	Desenvolvimento Institucional e Organizacional da ama.....	19
10.4.1.	Objectivo estratégico V:.....	19
<b>11.</b>	<b>Previsão da Estrutura Orgânica Geral da ama</b> .....	<b>20</b>
<b>12.</b>	<b>Anexo 1. Quadro Logico</b> .....	<b>21</b>

## Lista de Abreviaturas

ama	associação do meio ambiente
CdA	Comité de Água
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CDC	Comités de Desenvolvimento Comunitário
CDR	Campo de Demonstração de Resultados
CCGRN	Comité de Co-Gestão de Recursos Naturais
CLs	Conselhos Locais
CMS	Campo de Multiplicação de Sementes
CPama	Comité de Parceiros da ama
FCEIH	Fortalecimento das Capacidades Económicas Institucionais e Humanas
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FEFA	Forest Extension for Agricultura
FLs	Fóruns Locais
IDPPE	Instituto de Desenvolvimento de Pesca em Pequena Escala
IIP	Instituto de Investigação Pesqueira
MVS	Meios de Vida Sustentáveis
NUMA	Núcleo do Meio Ambiente
ODM	Metas do Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PARP	Plano Para Redução da Pobreza
PE	Plano Estratégico
PEP	Plano Estratégico Provincial
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito
PNQ	Parque Nacional das Quirimbas
PESOD	Plano Económico Social e Orçamento do Distrito
PROGOAS	Programa de Governação Água e Saneamento
SAAN	Segurança Alimentar e Agronegócios
SANTOLIC	Saneamento Total Liderado pela Comunidade
SPP	Serviços Provinciais de Pesca
TA	Turma Ambiente
WWF	World Wide Fund for Nature
OCB	Organizações Comunitarias de Base

## 1. Introdução

Volvidos 26 anos da sua existência, a ama contou com dois Planos Estratégicos o que de certo modo contribuiu para a sua elevação em solo pátrio e internacionalmente.

Com o IV Plano Estratégico, da ama – associação do meio ambiente, por sinal o que orientará a instituição de 2017 a 2022 e terá como epicentro aspectos inerentes a advocacia, Gestão Ambiental, Legislação ambiental, Investigação orientada para uma crescente necessidade de tornar os beneficiários da ama em autênticos produtores de saber quer seja empírico como também cognitivo.

Não menos importante, a ama identifica-se sobremaneira pelos aspectos Governativos o que actualmente, requererá de todos os moçambicanos um engajamento sem precedentes, pois, o que anteriormente constituía teoria e ou se ouvia e se lia como apanágio de outros países, ou seja, efeitos ou ganhos provindos da gestão dos recursos Naturais nos destinos dos povos, das políticas e dos Governantes, se sinta um pouco por todo o país.

A necessidade de se solidificar o saber local ajuntado-o ao saber cosmopolita, se revê como algo incontornável.

Os diversos sectores extractos da sociedade serão os actores essenciais para o alcance dos objectivos do presente Plano Estratégico nomeadamente, OSC, Governo, académicos, comunidades, membros e funcionários da ama.

## 2. Contextualização

A Província de Cabo Delgado está situada no Nordeste de Moçambique e tem uma superfície de **82.625 km<sup>2</sup>**, fazendo limite a Norte com a República da Tanzânia, separada desta pela fronteira natural do Rio Rovuma, a Sul com a Província de Nampula, separada pelo rio Lúrio, a Oeste com a Província de Niassa e a Este com o Oceano Índico. É verdade porém que o projectado no último senso está aquém dos dados actuais, principalmente se tomarmos em consideração que em 2017, ano que dará início ao novo Plano estratégico, far-se-á uma contagem periódica da população koçambicana, ao que iremos posteriormente actualizar neste documento. Ora, segundo o censo geral da população de 2007 possui uma população de 1.632.809 habitantes, dos quais 849.574 são mulheres; tem uma densidade populacional de 19,76 habitantes / km<sup>2</sup>.

A sua capital, Cidade de Pemba, situa-se a 3ª baía mais bela do mundo, possuía em 2007, 141.316 habitantes. Nesta província, situa-se o arquipélago das Quirimbas, constituído por 18 ilhas, sendo a maior a Ilha do Ibo, de relevante importância histórica. Cabo Delgado possui 17 distritos com uma multiplicidade de recursos naturais que vão desde o subsolo, com enormes riquezas ainda por explorar, como o petróleo, o gás natural, os minérios e as pedras preciosas, florestas ricas em madeiras preciosas, plantas medicinais e outros recursos não madeireiros e fauna bravia, assim como terras férteis para a agricultura e pecuária e uma hidrografia dotada de rios permanentes e sazonais, praticamente inexplorados. O mar possui uma imensa variedade de recursos e a sua costa e ilhas oferecem um potencial para o desenvolvimento turístico que só recentemente começou a despontar.

Torna-se inquestionável a cada dia que passa de que o país inteiro detém enormes quantidades de recursos naturais e a província não é excepção. O maior e actual desafio é a assimetria de informação e ausência de clareza do modo operandum, ou seja, poucos sabem quais os reais recursos naturais e em que quantidades são exploradas, qual é o total de investimento e de retorno, qual é o valor que vai as comunidades e outros serviços que merecidamente as comunidades delas aguardam com muito anseio.

Ora a ama tem por interesse desde os primórdios contribuir com os escassos recursos à sua mercê, para uma crescente disseminação não somente da legislação como também de informações, conhecimentos teóricos e técnicos de modo a que a sustentabilidade tenha o seu espaço e que as gerações actuais e as futuras tenham um ambiente equilibrado e que desfrutem não somente dos ganhos monetários e económicos mas também ambientais, facto determinante para uma melhor qualidade de vida. Para o efeito, a ama contará com apoio dos diversos parceiros locais, academias, comunidades, Governo entre outros interessados no processo.

### 3. Historial da organização

A ama nasceu a 19 de Maio de **1990** na Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado com a denominação de NUMA (Núcleo do Meio Ambiente) e foi reconhecida e autorizada a funcionar pelo Governador da Província a 31 de Janeiro 1991. Está registada no Boletim da República nº 20, série III datado de 16 de Maio de 2007.

Esta ONG surgiu da união de jovens movidos pelo interesse de salvaguardar os recursos ambientais, alvos de danos provocados pela erosão, derrube indiscriminado das florestas, assim como o abate de espécies protegidas de animais.

Como teríamos feito menção no último PE 2012-216, a ama teve o seu primeiro Plano Estratégico entre 2005 e 2007. O segundo compreendeu o quinquénio de 2008 a 2012<sup>1</sup> e estabeleceu como visão da organização; *redução da pobreza através da gestão sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento institucional*, identificando as principais linhas de acção bem como as áreas geográficas a ser prosseguidas a curto e médio prazo. E o III foi implementado de 2012 a 2016 e indubitavelmente colocou a ama num, patamar internacionalmente reconhecido como actor bastante informado e comprometido com a preservação ambiental e respeito pelo saber comunitário.

Durante o ano de 2016 vezes sem conta, e de modo incansável, membros e funcionários da ama, os seus escritórios em Pemba discutiram as premissas do actual Plano Estratégico de onde ficou patente a introdução de uma estratégia de advocacia especificamente da ama, reforçando o poder interventivo dos órgãos sociais na vida da organização e igualmente na vida dos moçambicanos em geral através de actos e factos a vários níveis.

Sendo este o IV PE da ama, acrescerão iniciativas investigativas quer de forma pontual e individual como também ointegrando-se em grupos de pesquisa especializados, o que de certo modo irá profissionalizar o seu quadro de pessoal e alguns beneficiários da ama em questões de apoio às pesquisas quer como inquiridores, intérpretes e outras posições de apoio a actividades de investigação.

As mudanças climáticas serão tidas como área de interesse quer em intervenções para a sua mitigação como para treinamento e especialização dos seus técnicos. Actualmente em todo o mundo, solicitam-se medidas concretas de intervenção contrariamente às simples palestras acompanhadas de altos custos de logístiga, mas sim apromovendo uma criteriosa alocação de fundos a iniciativas no terreno, portanto a ama irá dar primasia a este facto, dando igualmente a educação ambiental, saneamento, Governação, Advocacia, Desenvolvimento Institucional, Gestão sustentável dos recursos Naturais.

A saúde será igualmente um objecto de intervenção principalmente se toamrmo em conseideração a relação existente entre O saneamento do meio a água e Governação inerente a gestão de água, um recurso que continuamente vai escasseando e medidas tendentes a sua gestão sustentável são urgentes.

## Identidade da organização

Conforme o acima explicado, a Identidade da ama ficou definida como a seguir se apresenta:

### 3.1. Visão da ama

- Meio Ambiente protegido e conservado através do uso sustentável dos recursos naturais, para o bem-estar das comunidades.

### 3.2. Missão ama

- Ser uma organização que promove a gestão sustentável do meio ambiente, baseada na valorização do potencial endógeno das comunidades, através da educação ambiental e da promoção da boa governação, tornando-se referência à nível nacional

### 3.3. Valores da ama

- Transparência;
- Profissionalismo;
- Equidade de Género;
- Respeito
- Dignidade;
- Activismo;
- Independência e Integridade;
- Paixão pelo Meio Ambiente;
- Valorização do poder e saber local;
- Sensibilidade perante abusos sobre o Meio Ambiente;

## 4. Grupos alvo da ama

- Organismos comunitários e estaduais (Comités CdA, CDC, CCP, CGRN);
- Comunidades rurais e urbanas;
- Associações (formais e informais);
- Conselhos Locais de todos os níveis;
- Instituições de Estado e Sector Privado;
- Estudantes
- Pesquisadores e Académicos

## 5. Objectivo geral

Contribuir para o bem-estar das comunidades, através da gestão sustentável dos recursos naturais, boa governação e inclusão de segmentos sectoriais diversificados no seguimento de actividades concretas.

### 5.1. Objectivos específicos

- Salvar a exploração dos recursos naturais através de práticas adequadas e sustentáveis;
- Contribuir marcadamente para a aplicação das políticas públicas nacionais.
- Contribuir para uma integração comunitária em todos os processos de desenvolvimento quer local bem como provincial.
- Contribuir para uma elevação dos níveis de educação ambiental atendendo os ganhos diversos na qualidade de vida humana
- Desenvolver e fortalecer a componente institucional e organizacional e desenvolver a capacidade de investigação e pesquisa no seio dos colaboradores.

O objectivo geral e objectivos específicos tal como se apresentam, constarão não só no PE da ama como também serão o principal objecto da ré-formulação dos seus Estatutos de Constituição.



## 6. Problematização

Como se tem depreendido com o passar dos tempos, a província de Cabo-Delgado tornou-se num amálgama de movimentos a que poderíamos chamar de *Browniniano*<sup>2</sup> de pessoas de vária índole.

Ora de modo estratégico passaremos em revista os problemas observados alinhando-os às áreas temáticas da organização.

Contando com a perspectiva de continuidade do PE anterior, a conjuntura social, política e económica é similar apesar de considerável crescimento da qualidade de vida dos moçambicanos devidos a crise vigente e a insegurança ou incerteza de um futuro risonho para os moçambicanos em geral e em particular Cabo-Delgado.

Apesar de os olhares centrarem-se nos megas projectos de Gás, onde não existe clareza dos passos que seguirão quer de modo exploratório industrial quer na inclusão e ganhos comunitários devido a assimetria de informação que mina o nosso país pese embora se tem aprovado a Lei do Direito a Informação em 2014. Ainda persiste a exploração desenfreada de recursos faunísticos e florestais degradando sobremaneira a riqueza faunística e florestais de que se orgulhou a província durante vários anos sem observar a legalidade, ou seja, os instrumentos jurídicos específicos às áreas, no caso, a de Florestas, Minas, Regulamento sobre Reassentamentos entre outras Leis. Sendo visível a aparente impunidade dos prevericadores.

Os índices actuais de malnutrição apontam a província como sendo a que se encontra mais afectada. Em breve análise constata-se que tem como causas a dependência de produtos importados em detrimento do incremento e diversificação da produção de alimentos. É neste contexto que se considera uma crescente necessidade de se combinar a agricultura com a hosticultura, produção de animais de pequeno porte.

Prevalecem problemas no estabelecimento de reservas quer sejam temporárias bem como permanentes aliado a invasores e a práticas nocivas de pesca, facto que a ama deverá encetar estratégias combinadas com parceiros diversos de modo a se melhorar neste quesito, dando ênfase ao fortalecimento da fiscalização quiçá usando drones com o fazem os vizinhos da Tanzania e que alguns técnicos da ama iniciaram a sua ligação a essa tecnologia juntamente com o Governo de Moçambique.

No tocante a área investigativa que a ama gostaria de abraçar no presente PE, existe uma vaga participação das OSC locais e da ama em particular quer nos estudos de impacto ambiental quer nos ganhos económicos e mudança de nível de vida das comunidades pelo que pretende-se especializar e ou ligar-se a instituições de pesquisas sociais e económica para o efeito

No âmbito de gestão interna observou-se fraco seguimento da política de comunicação da ama quer pelos parceiros quer pelos colaboradores da ama facto que deverá ser tomado com elevada seriedade para o desenvolvimento institucional da ama aliado a questões de sigilo profissional da organização e estabelecimento de pontos focais e porta-vozes da ama

---

<sup>2</sup> Pessoas de todos os quadrantes vêm e vão sem se baser ao certo quais as reais motivações mas certamente o que o une são os recursos naturais em geral e minerais em particular

No tocante a monitoria de políticas públicas denota-se ausência de abertura quer das companhias quer por parte de alguns representantes do Governo o que deverá ser seguido criteriosamente pelas OSC labutando em rede de organizações para melhores resultados.

Um pouco por toda a província, nota-se tendência de melhorias na auscultação às comunidades apesar de em muitos casos efectuar-se com alguma falta de transparência e clareza dos eventos, pois, vezes sem conta se confunde as missões de campo com encontros de auscultação e consulta comunitária facto que origina mal entendidos e discórdia das comunidades face a actividade tidas pelas empresas como tendo sido previamete feitas.

A participação da mulher em fóruns de relevo continúa sendo uma prática preocupante apesar de relativos avanços. A organização gostaria de ver mais mulheres em situação de autonomia financeira e económica aproveitando-se das oportunidades oferecidas pela mineração, produção agrícola e não somente participação política.

No que tange a higiene e saneamento, nas zonas urbanas e rurais, apesar de uma considerável avalanche de treinamentos, palestras ainda prevalecem práticas nefastas relativas a este quesito com enfoque ao saneamento individual e familiar, fecalismo a céu aberto, inexistência de tratamento específico do lixo (inorgânico e orgânico), contaminação das fontes de água devido a má conservação, terrenos inadequados para construção de latrinas devido aos solos rochosos e porosos ou lençóis freáticos próximos.

Na área de desenvolvimento organizacional, houve progressos significativos com ênfase no estabelecimento de Departamentos institucionais, Tabelas salariais, aquisição de instalações próprias em Pemba, Política de género, actualização do regulamento institucional, Manual de Procedimentos administrativos, Manual de Recursos Humanos e Património, Política de Comunicação.

Nos últimos anos, as questões de sustentabilidade<sup>3</sup>, tornaram-se em objecto de debates acesos na organização, dentre os vários aspectos, tem - se questionado: como a organização poderá tirar maior proveito das parcerias; como sobreviver em caso de finalização das parcerias actuais; que estratégias usar para arrecadar mais financiamentos fora dos projectos implementados e assegurar cada vez mais a permanencia e recrutamento dos funcionários para as áreas de coordenação, administração<sup>4</sup> que não estão directamente ligados aos projectos.

---

3 Independência, autonomia, transparência e reconhecimento social

4 Refere-se concretamente as funções de coordenador executivo, recursos humanos e património, oficiais de programa, monitoria e avaliação.

## 7. Área geográfica de intervenção

Durante os próximos 5 anos do PE 2017 –2022, a ama terá como área de intervenção, pelo menos como intenção, todos os distritos da província e quiçá levando a ama para outras províncias com ênfase na capital do país, como forma de aceder em tempo útil a informações, planos sectoriais e actores bem como instituições reconhecidas pelo poder de influência para o crescimento de qualquer instituição.

Mapa do país com ênfase na da província de Cabo-Delgado



## 8. Membros, Estrutura e Funcionamento

A ama conta actualmente com 90 membros, deste 57 são activos, na sua maioria residentes na Província de Cabo Delgado e orienta-se pelos seus Estatutos de Constituição onde vêm reflectidos os princípios que norteiam as suas intervenções. Como já foi acima referido, durante o período do PE 2012 – 2016

estes Estatutos serão revistos à luz da actualização e enfoque da sua Identidade, perante as novas realidades e dinâmicas da Província de Cabo Delgado no que se refere à temática do Meio Ambiente.

A estrutura orgânica da ama compõe-se de 3 níveis: o nível estratégico da Governança, composta pelos Órgãos Sociais, o nível Tático, composta por uma equipa liderada por uma Direcção Executiva e o nível Operacional constituída pelos coordenadores, oficiais e técnicos dos projectos que implementa o Plano Estratégico referente às suas intervenções.

Os Órgãos Sociais compõem-se pela Assembleia Geral, que é o órgão máximo – a reunião deliberativa de todos os membros, o Conselho de Direcção – que *governa* o Executivo e o Conselho Fiscal, que tem um papel de controlo e fiscalização; os 3 Órgãos Sociais são constituídos por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

A Direcção Executiva é composta por uma Coordenação Executiva um Departamento de Administração e Finanças, o Departamento de Desenvolvimento Organizacional e o Departamento de Projectos Comunitários; dependendo das exigências de cada departamento, estes possuem sectores e sub-sectores, ou simplesmente funções [ver anexo 4 – Organigrama (proposto) da ama].

O organigrama da ama será objecto de uma revisão e actualização em função das necessidades estabelecidas pelas actividades do PE; há que referir que a ama necessita de ter uma estrutura bastante flexível, uma vez que, até ao momento, tem operado mais com base na implementação de projectos financiados por várias fontes/parceiros e que provavelmente continuará a acontecer. Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos em Assembleia Geral; a equipa tática e operacional é recrutada através de concursos públicos, havendo contudo prioridade para os membros da organização, se os mesmos reunirem o perfil da vaga anunciada.

A ama possui um Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros que orienta as actividades de funcionamento da organização tais como planificação, monitoria, avaliação, gestão financeira. Para gestão de recursos humanos e serviço para membros e um cronograma com as principais actividades e os respectivos prazos e as descrições de tarefas e funções do pessoal. Está em preparação uma estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos da organização, a qual será terminada durante o 1º semestre do PE 2017-2022.

Existe política de comunicação da ama que norte os mecanismos de interacção dentro da e para com o ambiente externo.

Existe um Regulamento Interno onde se apresentam as normas e procedimentos de actuação dos seus membros e funcionários, utilização dos bens da associação, pagamento de quotas, etc. Todas as normas e regulamentos, manuais de procedimentos e outros aspectos necessários a considerar, em falta, serão alvo de uma profunda revisão e actualização, procurando-se integrar tudo num único documento, o *Regulamento Geral Interno*, com vários capítulos, cada um da sua área específica.

## 9. Parceiros e parcerias

A ama possui um Comité de Parceiros, criado com o objectivo de assegurar o seu desenvolvimento institucional, permitindo que estes possam contribuir para um Fundo Comum de recursos para a implementação do PE e para o apoio institucional, garantindo, por outro lado, um mecanismo consistente de prestação de contas.

O Comité de Parceiros é composto pelos representantes dos parceiros, os presidentes dos 3 Órgãos Sociais e o Coordenador Executivo; os coordenadores ou oficiais dos projectos da ama participam como observadores. As competências, deveres e actividades dos membros do Comité de Parceiros estão definidos num Regulamento Interno da ama.

Como afirmámos no passado, a integração dos vários projectos em curso e outros que venham a surgir, num Plano Estratégico único e coerência esta acção exigirá da ama e dos seus parceiros de financiamento alguma negociação e harmonização, para facilitar a gestão em termos de administração financeira e gestão de recursos humanos. Os modelos de relatórios narrativos e financeiros diferentes para cada um dos parceiros continuam a requerer um exercício extremamente trabalhoso por parte da ama..

Além dos parceiros de financiamento, a ama tem estabelecido parcerias com várias instituições locais, particularmente do Estado, como as Direcções provinciais, facto que irá sendo continuamente explorado para o bem comum das partes envolvidas.

Com estas instituições continuarão a serem estabelecidas parcerias baseadas em memorandos de entendimento, nos quais estarão claramente definidos os papéis e responsabilidades de cada parte e um sistema de monitoria e avaliação de cada parceria.

## 10. Áreas temáticas e estratégicas de intervenção

Neste plano, a ama define cinco (5) áreas temáticas e estratégicas de intervenção a saber: (i) Gestão dos recursos naturais, (ii) Boa governação, comunicação e Advocacia, (iii) Promoção da participação comunitária, (iv) Educação ambiental e saneamento e (v) Desenvolvimento institucional e organizacional da ama e assuntos transversais.

A área de gestão de recursos naturais integra as componentes de recursos Marinhos, recursos florestais e faunísticos, Segurança alimentar, baseada na agricultura de conservação que integra a abordagens de manejo integrado da biomassa e conservação dos solos. Nesta área, as componentes de petróleo, gás, recursos minerais, sequestro de carbono e adaptação às mudanças climáticas são também parte integrante.

Comunicação, boa governação e advocacia, visa a promoção de campanhas e eventos ligados às questões ambientais, divulgação das actividades e acções da organização, divulgação da legislação e quadro legal das áreas de intervenção da organização, realização de estudos de monitoria de políticas públicas e desenvolvimento de acções de advocacia.

A área de promoção da participação comunitária compreende acções de promoção e fortalecimento dos mecanismos de participação e consulta comunitária, compensações, justas indemnizações, Monitoria de Contratos, Monitoria pré e pós Reassentamento, com particular enfoque na prestação de contas e boa governação, promoção e fortalecimento das Organizações Comunitárias de Base e dos Conselhos Locais, a promoção e fortalecimento da planificação distrital inclusiva.

A área de educação ambiental e saneamento, integra as componentes de promoção de boas práticas de higiene e saneamento e educação ambiental, formal e não formal. Os aspectos de Género estão integrados em todas as intervenções e uma particular atenção é também dada à problemática do HIV/SIDA.

O desenvolvimento institucional e organizacional da ama, integra as componentes de desenvolvimento e fortalecimento dos seus recursos humanos, incluindo os membros, activistas e voluntariados, Elaboração, revisão e actualização dos documentos de orientação estratégica, Promoção de sistemas de monitoria e instrumentos operativos orientados para resultados, Sustentabilidade (independência, autonomia, transparência e reconhecimento social).

## 10.1. Gestão Sustentável de Recursos Naturais

### 10.1.1. Objectivo estratégico I:

**Recursos Naturais usados, aproveitados e explorados pelas comunidades de base e diferentes actores através de práticas adequadas e sustentáveis.**

Visto que esta área continua sendo factor chave para o garante de uma dieta equilibrada e efectiva, facto ainda não alcançado, a ama continuará a focalizar a segurança alimentar, baseada na agricultura de conservação, acrescentando a horticultura principalmente nas comunidades costeiras, pois, verificou-se que em muitos casos, estas dependem de produtos pesqueiros e alguns tubérculos e arroz para a sua dieta, muitas vezes dependente de chuvas o que acarreta sérios riscos no que tange aos resultados das colheitas e por conseguinte o destino (consumo e ou troca).

Continuar-se-á a promover a segurança alimentar através da agricultura de conservação, que por sua vez aboradará a estratégia “*escola na machamba do camponês*”, através da criação de grupos de aprendizagem, campos de demonstração de resultados, multiplicação de sementes e sistemas agroflorestais.

A gestão sustentável adoptará práticas de gestão sustentável dos recursos, em parceria com as instituições vocacionadas. Estas boas práticas estão relacionadas com a criação de zonas marinhas localmente gerenciadas ou seja reservas temporárias e permanentes/ ou zonas de reabastecimento de modo a salvaguardar a biodiversidade marinha e costeira, a maricultura, piscicultura, aquacultura e pesquisas relacionadas com o sector serão privilegiadas na interação com parceiros diversos. Não menos importantes serão os esforços no reforço das capacidades das organizações comunitárias de base (OCB), essencialmente os CCPs

A gestão sustentável dos recursos florestais será promovida através da mobilização para implementação dos planos de manejo de co-gestão, desenhados de forma participativa com as comunidades assistidas pela ama. A criação de viveiros comunitários e privados de espécies florestais nativas e fruteiras e sombreiras, a promoção de florestas comunitárias, a criação e capacitação de comités de co-gestão de recursos florestais e faunísticos, incentivando e assegurando a sustentabilidade dos mesmos.

No sector da Indústria Extractiva, ama irá apostar no profissionalismo dos seus colaboradores para maior domínio e melhor interveção através de formações conjuntas, estabelecimento de parcerias estratégicas, estruturais e conjunturais. Ora a advocacia será o factor central nas suas intervenções, pelo que o conhecimento da legislação e o contexto local serão força motriz para o alcance desses objectivos.

Através do grupo temático de Recursos Naturais e Ambiente, de modo voluntário e neutral, estabelecer-se-ão iniciativas de acções conjuntas quer pela plataforma Nacional da indústria extractiva quer com pesquisadores da área para o melhoramento das intervenções das organizações membros e simpatizantes. Ora, sempre que as intervenções forem afectadas por iniciativas não neutras e tendenciosas a ama manifestar-se-á contrária e continuará a trabalhar com instituições imparciais.

## Boa governação, comunicação e advocacia

### 10.1.2. Objectivo estratégico II:

**Políticas públicas ligados as diferentes áreas de intervenção da organização integrados, aplicados, eficazes e eficientemente pelos diferentes actores através de acções de monitoria e advocacia**

Ao nível desta área de intervenção, a ama considera fundamental como temas a abordar de forma transversal a monitoria e advocacia das políticas públicas (governação local), o Género e o combate ao HIV/SIDA. Uma das prioridades do presente Plano Estratégico, visando o alcance dos resultados relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental, será, por um lado, o acesso à informação e a disseminação e conhecimento da legislação por parte das comunidades; por outro lado, a organização vai priorizar como estratégia de promoção, a divulgação das suas acções e boas práticas.

As intervenções da ama como organização da sociedade civil centrar-se-ão na defesa das dos direitos das comunidades doptando-as de conhecimento teórico e empírico para a prossecução da aplicação da Legislação a todos os níveis e apelando a adequação sempre que necessário. Ora, antevê-se desafios enormes se tivermos em consideração que a exploração dos recursos em Moçambique tem sido levada a acabo com os pressipostos das empresas ou seja, reduzindo nomáximo os riscos e aumentando os ganhos, facto que tem peejudicado sobremaneira as comunidades, pois, compensá-las tem sido entendida não como direto mas sim despesas, o que não deve mais persistir.



## 10.2. Promoção da Participação e Consulta Comunitária

### 10.2.1. Objectivo estratégico III:

#### **Mecanismos de participação e consulta comunitária na planificação descentralizada distrital fortalecidos e participam na elaboração e monitoria dos planos de governação distrital**

A ama contribuirá activamente para o funcionamento das redes/grupo temáticos de recursos naturais e meio ambiente em que estiver envolvido, para o fortalecimento das suas capacidades em liderança e dinâmicas operacionais de trabalho em rede e na monitoria e advocacia das políticas públicas que afectam os sectores.

Procurará assegurar que estes grupos ou redes elaborem e implementem os seus planos de acção e que tenham um sistema eficiente e eficaz de comunicação e partilha de informação da área de Recursos Naturais e Ambiente ao nível da província de Cabo Delgado, bem como que se estabeleçam ligações entre as redes ao nível micro (distritos onde existam) e o nível macro (nacional).

A monitoria das actividades reflectidas nas estratégias provinciais relacionadas com o meio ambiente e gestão dos recursos naturais será o ponto fulcral da participação destas redes ao nível do Observatório Provincial de Desenvolvimento e no seio dos grupos assistidos, sobre boa governação. A nível local a ama contribuirá para a eficácia e eficiência dos processos de descentralização em curso, facilitando a criação, capacitação e apoio no funcionamento das OCBs (Comités de Desenvolvimento Comunitários e Fóruns Locais) e sua ligação com os Conselhos (Consultivos) Locais obedecendo aos mecanismos instituídos de participação e consulta comunitária.

Os treinamentos serão usados não só com o objectivo da disseminação de conhecimentos, mas também como estratégia para despertar a consciência das comunidades sobre os problemas por elas enfrentados e as formas de encontrar soluções; a ênfase será para temas relacionados com o ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo o saneamento do meio. Esta intervenção será extensiva aos comités de desenvolvimento comunitário e associações de produtores.

## 10.3. Educação Ambiental e Saneamento

### 10.3.1. Objectivo estratégico IV:

**Educação Ambiental é estabelecida como parte permanente do programa da organização e contribui para redução dos riscos ambientais e de saúde humana.**

Reforçar a capacidade institucional para laborar com as demais instituições no que concerne ao tratamento de resíduos sólidos, Saneamento do meio, promoção de saúde através de práticas inofensivas ao meio ambiente;

Estabelecimento de medidas de seguimento e monitoria dos currículos locais desenvolvidos anteriormente e continuidade de sensibilizaõa para o aproveitamento desta prerrogativa de ensino aos distritos que ainda não fizeram.

Com o historial bem patente na necessidade de assegurar saúde e educação comunitária de modo formal e informal srão articuladas relações de coordenação com instituições sanitárias e de abastacimento para um cntínuo controlo do consumo de água potável combate a doenças de origem hídrica, daí que a saúde será igualmente um objecto de intervenção principalmente dada relação existente entre O saneamento do meio, o tratamento e consumo de água e Governança inerente a gestão de água, um recurso que como afirmámos anteriormente, vai escasseando e medidas tendentes a sua gestão sustentável são urgentes.

Estabelecimento de ligação às comunidades marinhas e do interland sobre a necessidade de seguimento de modos de vida baseados na preservação do meio ambiente pelo seu uso e reposição, manutenção do estado vegetativo quer em energias limpas bem como em actividades cada vez mais verdes e menos poluentes.

## 10.4. Desenvolvimento Institucional e Organizacional da ama

### 10.4.1. Objectivo estratégico V:

#### **Desenvolvidas e fortalecidas as componentes institucional e organizacional da ama**

Formação em serviço e ou em áreas específicas através de acordos explícitos e com cometimento de trabalhar para ama por tempo determinado;

Estabelecimento de Memorandos de Entendimento para prover conhecimento técnico a singulares e instituições como forma de incrementar ingresso a financeiro para sustentabilidade da ama;

Celebração de acordos de cooperação e apoio aos Departamentos internos da ama para maior competência e eficiência dos profissionais da ama.

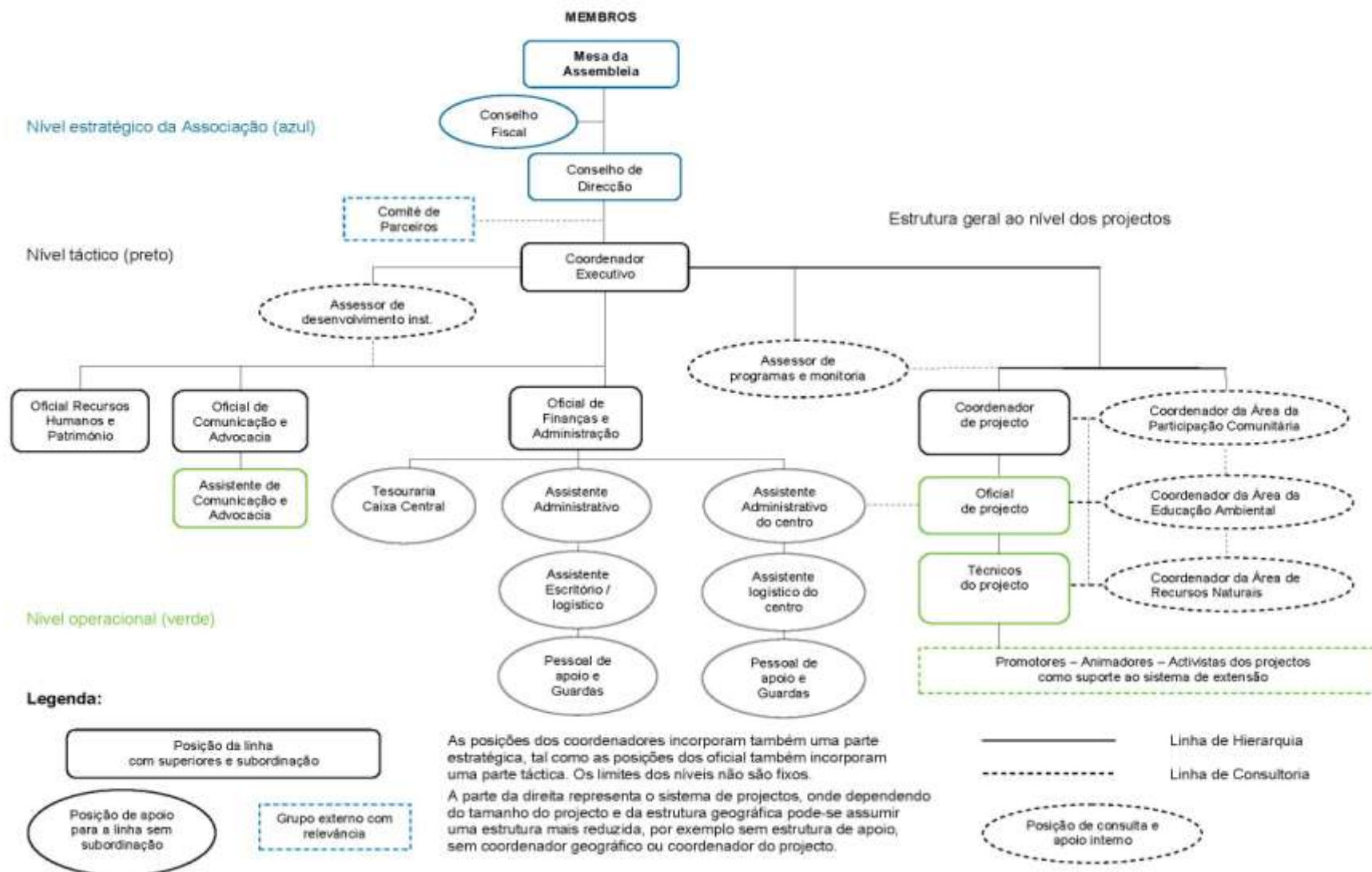
Uso de instalações como medida de angariação de fundos para uso interno da ama.

Contínua actualização dos seus documentos orientadores e a visibilidade da ama por redes sociais e a página web;

Necessidade de profissionalização temática dos seus efectivos quer seja através de Memorandos com Instituições académicas e ou Agências de Financiamento;

- ✚ Criar Departamento Jurídico e Ligar ao Sector de Recursos Humanos e Património;
- ✚ Estabelecer um Departamento de Elaboração de Propostas e Monitoria de Projectos;
- ✚ Estabelecer medidas de retenção de quadros;
- ✚ Estabelecer equipa de Comunicação e Imagem da ama;
- ✚ Procurar fontes directas/Primárias de Financiamento;
- ✚ Estabelecer sistema de prestação periódica de contas aos beneficiários dos projectos;
- ✚ Estabelecer representação na capital do país para maior capacidade de atrair investimentos e parceiros;
- ✚ Necessidade de contratar empresas de segurança;
- ✚ Necessidade de rentabilizar as suas Instalações e meios (barcos);
- ✚ Os parceiros da ama deverão seguir criteriosa e rigorosamente as políticas internas de participação administrativa, os chamados overhead;
- ✚ Influenciar a realização de trabalhos em rede de modo livre e não condicionado a factores políticos
- ✚ Necessidade de adoptar conjecturas internacionais de funcionamento como a Teoria de mudanças e estabelecimento de *Duo Delligence*;

## 11. Estrutura Orgânica Geral da ama



## 12. Anexo 1. Quadro Logico

**Objectivo Geral:** Contribuir para o bem-estar das comunidades, através da gestão sustentável dos recursos naturais, boa governação e inclusão de segmentos sectoriais diversificados no seguimento de actividades concretas.

Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Base	Meta	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
<b>Aumentada a produtividade e a renda dos produtores salvaguardando questões de género</b>	1. Monitorar acções de associações na conservação da ligação com mercado.	Indicador 1: # de produtores que aplicam/beneficiam de técnicas pós colheita;	Indicador 1:100	Indicador1:1000	Relatórios dos parceiros: DPA/IIAM; Governos Distritais/relatórios sobre a implementação dos PESODs e Lista de Participantes;	Os sistemas de produção em Cabo Delgado facilitam a introdução da agricultura de conservação;
	2.Supervisar os produtores nas técnicas de agricultura de conservação.	Indicador 2: # de serviços que as associações facilitam aos seus membros;	Indicador 2: 80	Indicador 2:400	Relatórios de capacitação; Lista de participantes	Recursos limitados para implementação;
	3.Monitorar os produtores na produção e tratamento de sementes;	# de produtores em associações praticando agricultura de conservação;	250 produtores de 10 associações	1000 produtores de 50 Associações	Relatório do progresso das análises	Saída de pessoal-chave, com capacidade da ama
	4. Apoiar os no tratamento e destino das colheitas;	# de Amostras da variação do grau de fertilidade do solo resultante da prática da agricultura de conservação	Não há prática da agricultura de conservação	4 amostras	Relatórios das actividades das Associações e Listis de participantes	Boa colaboração com as instituições.
		# de produtores de sementes a nível local	200 Produtores	1000produtores de sementes		

<b>Melhorada a adoção de práticas agro-pecuárias sustentáveis</b>	1. Apoiar os produtores no melhoramento dos solos	# kg de semente produzida pelos produtores treinados	0	100	Documentos de Referência, relatórios dos resultados das actividades	AMA com experiência em agricultura de conservação, através das suas práticas
	2. Apoiar os produtores e instituições sociais em agro-pecuária;	# de produtores com solos de produção agrícola aptos	50	1000	ToRs, Relatórios das actividades e Lista de participantes	Boa colaboração dos produtores
		# de produtores capacitados em técnicas de agricultura de conservação	200 Produtores Homens 125 e 75 Mulheres	1000 Produtores Total 600 Homens e 400 Mulheres	ToRs, Relatórios das actividades e Lista de participantes	Resistência das comunidades em adoptar as técnicas de agricultura de conservação.
<b>Melhorada a adoção de boas práticas de gestão sustentável de recursos marinhos</b>	1. Apoiar as comunidades pesqueiras na prática responsável de pescarias.	# De pescadores por comunidades sensibilizadas em técnicas de pesca sustentáveis	500	2372	Relatórios de capacitação e Listas de Participantes	Resistência das comunidades em adoptar técnicas sustentáveis de exploração de recursos marinhos.
	2. Apoiar o desencorajamento de artes nocivas de pesca	# De Comunidades de pescadores livres de uso de artes não selectivas de pesca	1	7	Relatórios de progresso	Recursos limitados para implementação
	3. Apoiar a preservação da flora marinha.	# De hectares de mangais reflorestados	0	10	Relatórios de capacitação e Lista de participantes	Boa colaboração das comunidades
	4. Apoiar as comunidades na supervisão das áreas de conservação	# De pescadores capacitados em práticas de processamento de pescado	10	237	Relatórios dos CCPs, Listas de participantes	Saída de pessoal-chave, com capacidade, da ama
	5. Apoiar as comunidades pesqueiras no processamento do pescado	# De pescadores que adoptam as boas práticas de processamento do pescado	0	120	Relatório de actividades e Listas de participantes	Participação efectiva dos pescadores
	6. Apoiar os CCPs nas actividades de fiscalização	# De CCPs e membros	4	10	Relatórios de capacitação e Lista de participantes	Boa colaboração com as instituições.
	7. Apoiar as comunidades pesqueiras no combate a erosão costeira.					
	8. Introduzir e					

	desenvolver actividades de piscicultura marinha nas comunidades pesqueiras	<p>capacitados</p> <p># De áreas/ Hectares reflorestadas</p> <p># De comunidades envolvidas na aquacultura marinha</p> <p># De Associações a desenvolver actividades de piscicultura</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>4</p> <p>4</p> <p>5</p>	<p>Observação/Relatórios das comunidades</p> <p>Relatórios dos parceiros (IDPPE, PNQ, SPP, IIP; Governos Distritais (relatórios sobre a implementação dos PESODs)</p> <p>Actas de encontros de sensibilização e Listas de Participantes</p>	<p>ama com experiência em reflorestamento de mangal</p> <p>Os sistemas de produção em Cabo Delgado facilitam a introdução de técnicas sustentáveis de exploração de recursos marinhos.</p> <p>Possível resistência das comunidades em aderir</p>
<b>Melhorada a gestão sustentável de recursos florestais e faunísticos</b>	<p>1.Sensibilizar os produtores gestão sustentável de recursos florestais e faunísticos e Promover o uso sustentável de recursos florestais não madeiros.</p> <p>2. Monitorar as comunidades carvoeiras no processamento sustentável do carvão.</p> <p>3. Monitorar a produção sustentável do mel pelos apicultores.</p> <p>4. Monitorar a ligação do mercado dos produtos</p>	<p># De comunidades sensibilizadas sobre gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos;</p> <p># de carvoeiros treinados em técnicas sustentáveis de produção de carvão</p> <p># Grupos de Apicultores treinados (H/M)</p> <p># de comunidades praticando apicultura sustentável (sem o uso do cortiço tradicional)</p>	<p>10</p> <p>5</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>100</p> <p>50</p> <p>12</p> <p>10</p>	<p>Relatórios de progresso e Lista de participantes</p> <p>Relatórios de de actividades, Lista de participantes;</p> <p>Relatório de actividades e Listas de participantes</p> <p>Relatórios e Fotografias</p>	<p>Resistência das comunidades em adoptar técnicas de gestão sustentável de R.N</p> <p>Recursos limitados para implementação.</p> <p>Recursos limitados para implementação</p> <p>Saída de pessoal-chave, com capacidade, da ama</p>

	florestais não madeireiros.	# Decomunidades com reservas comunitárias de recursos florestais e faunísticos	0	5	Relatórios dos comités de gestão dos recursos florestais e faunísticos, e lista de participantes;	Boa colaboração com as instituições.
	5. Apoiar o funcionamento pleno das OCBs e dos comités de gestão de recursos florestais e faunísticos.	# Contratos entre comunidades e operadores florestais e faunísticos	0	5	Documentos de referência, actas dos encontros;	Ama com experiência em conservação e exploração de recursos florestais e faunísticos através das suas práticas
	6. Apoiar no estabelecimento de cadeia de segurança no trabalhos das OCBse dos comités de Gestão de Recursos Naturais.	# De comunidades recebendo os 20% do valor da taxa de exploração florestal e faunístico	0	25	Actas dos encontros, Lista de participantes e talões de depósito	Boa colaboração dos operadores florestais e as comunidades
		# De comunidades desenvolvendo projectos implementados com recurso aos 20%	5	12	Contratos de parceria entre comunidades e operadores florestais e faunísticos	Colaboração mútua das partes envolvidas



<b>Aumentado o engajamento da ama, Grupos Temáticos e OCB na advocacia resultante da actividade da indústria extractiva e Mudanças Climáticas</b>	1. Tornar os funcionários e membros da ama em autênticos activistas e defensores das comunidades através do domínio da Legislação Mineira e Pesqueira.	% Dos funcionários da organização treinados;	10%	70%	Termos de referência e Lista de participantes	Acções de monitoria e advocacia definidas no plano estratégico como prioritárias;
	2. Fortalecer as capacidades dos membros dos grupos temáticos em Legislação mineira e intervenções legais;	% Dos membros da organização formados;	20%	50%	Relatórios das actividades e Lista de participantes	Alguns membros do grupo temático motivados e interessados em desenvolver actividades de monitoria e advocacia;
	3. Realizar encontros de Monitoria pós reassentamento.	# de encontros de auscultação comunitária realizados anualmente	1	5	Relatórios de participação nas consultas, fotografias	Inexperiência dos membros em desenvolver actividades de monitoria e advocacia
	4. Efectuar monitoria dos processos Governativos na exploração de recursos mineiros e florestais	# de relatório de monitoria da situação de exploração de recursos naturais redigido anualmente;	0	1	Relatórios de Monitoria	Boa colaboração das instituições do Governo e das empresas
	5. Estabelecer uma base de dados contribuições fiscais das empresas	# de relatórios de receitas fiscais das empresas	0	60	Termos de referência, Relatórios de actividades, lista de licenças e Lista de participantes	Boa colaboração das empresas e dos SDAE's
	6. Estabelecer uma base de acerca das percentagens enviadas às comunidades como direito pela exploração dos seus recursos.					

<b>Aumentada a capacidade comunitária na redução de gases com efeito de estufa e aumentada resiliência das comunidades face efeitos das mudanças climáticas</b>	1.Promover a produção de árvores nativas	# de viveiros de árvores nativas estabelecidos	0	1000	Relatórios de progresso, actas dos encontros e Lista de Participantes	Fraca aderência no arranque da actividade de produção das árvores.
	2.Promover e participar em trocas de experiências sobre práticas agrárias sustentáveis	# de troca de experiências realizadas sobre boas práticas; # de comunidades envolvidas	0	10	Relatório de actividades, Lista de participantes e fotografias	Recursos para trocas de experiências.
	3.Prover de meios alternativos de processamento de alimentos de modo sustentável;		0	20	Relatórios dos encontros, lista de participantes	Custos dos fogões.
	4. Desenvolver parcerias para estabilidade das actividades económicas dos beneficiários da ama.	# de projecto estabelecido para produção e réplicas de fogões melhorados;	0	5	Documento da metodologia estabelecida e Lista de participantes	Recursos para financiamento das actividades;
	5. Potenciar as OCBs elaboração e monitoria de Planos de Negócios.	% das comunidades de intervenção da organização pesquisadas;	0%	10%	Relatórios dos resultados do diagnóstico	Vontade empreendedora.
	6. Estabelecer estratégias de monitoria dos grupos de poupança para a sua sustentabilidade e autonomia.	% das comunidades anualmente diagnosticadas na intervenção dos estudos realizados	0%	5%	Relatórios económicos comunitários reportando o resultado da implementação dos planos de negócio	Existência de um financiamento (doador) inicial.
		% das comunidades de intervenção estabelecidas e capacitadas em planos de negócios e empreendedorismo	0%	20%	Relatórios de Encontros, Lista de participantes	Positiva colaboração com SDAE
		# de comunidades monitoradas em acções pós capacitações	0	50	Actas dos encontros, Listas de participantes	Mercado limitado e mudança dos preços.

<b>Monitoradas as Redes de OCBs, e em Legislação pesqueira, Lei de Minas e Petróleo e Regulamentos a elas inerentes.</b>	1. Monitorar o funcionamento de CCO-GRN e CCPs nas comunidade respeitando a abordagem de Género.	# de comunidades treinadas sobre a legislação pesqueira	0	20	ToRs, Planos de formação; Lista de participantes	Colaboração das instituições do Estado.
	2. Monitorar o funcionamento das Turmas Ambiente nas escolas	# de turmas ambientes estabelecidas e treinadas nas escolas	0	50	Relatórios de progresso; Lista de participantes	Mudanças na legislação e Governantes devido aos mandatos políticos.
	3. A Monitorar a aplicação da legislação pesqueira, Mineira e Florestal nas comunidades	# C-COGRN e CCPs estabelecidos, treinados e legalizados nas áreas de intervenção da organização	10	20	Actas dos encontros dos grupos e Lista de participantes	Continuidade da assistência dos Grupos pelas Instituições do Estado.
	4. Monitorar o funcionamento dos Membros dos Comités Comunitários	# de membros dos comités treinados	0	50	Relatórios de progresso, actas dos encontros e Lista de Participantes	Comunidades preocupadas em satisfazer necessidades imediatas;

<b>Garantido o funcionamento em pleno das Redes, plataformas, grupos temáticos de OSC provinciais e distritais</b>	1. Monitorar os comités de reassentamentos e outras OCBS nas actividades da indústria extractiva.	# de exemplares de mapeamento dos actores do processo de exploração dos recursos florestais	0	50	ToRs das formações anuais; Lista de participantes	Membros da rede predispostos a participar nos encontros;
	2. Realizar encontros de ligação dos sectores público-privado para os assegurar o bem-estar das comunidades afectadas pela Indústria extractiva e outros Recursos Naturais.	# de CDCs,CCs, CCPs, CCGRN a nível de PA e Distrito que tenham agendado e debatido temas sobre a problemática dos recursos naturais	0	40	Relatórios de progresso das actividades;	Capacidade da ama em registar sistematicamente as experiências e boas práticas e produzir brochuras para divulgação.
		# de relatório de monitoria sobre aplicação da legislação na área de terras, floresta e fauna, ambiente elaborado anualmente.	0	1	Actas dos encontros de coordenação, lista de participantes;	Fraca coordenação por parte do secretariado do fórum;
	3. Facilitar acções de recolha de evidências sobre aplicação da legislação das áreas de recursos naturais;	# de encontros co o governo para o seguimento de atropelos da legislação	0	4	Actas dos encontros de coordenação, lista de participantes	Fraca coordenação por parte do secretariado do fórum;
	4. Monitorar os processos para a canalização de 20% das Licenças de Exploração Florestal;	#encontros anuais entre os serviços provinciais e distritais realizados memorandos assinados sobre os compromissos de cada actor;	0	4	Actas dos encontros, lista de participantes;	Predisposição de doadores para financiar actividades da rede;
	6. Colaborar com as plataformas, redes e grupos temáticos das OSC matérias de monitoria e advocacia de políticas públicas, papel, dinâmicas e funcionamentos das redes,	# de memorandos assinados sobre os compromissos de cada sector	0	4	Exemplares dos memorandos assinados, lista de participantes	Predisposição de doadores para financiar actividades da rede;
	7. Promover acções para					

<b>Melhorada a comunicação interna e externa da ama e aumentada a visibilidade das suas acções.</b>	monitoria e advocacia de políticas públicas e desenvolvimento de propostas de financiamento com orientação para advocacia; 8. Promover encontros para partilha de informação, discussão de abordagens e desenvolvimento de planos de acção para as redes e grupos temáticos	# de comunidades que se beneficiaram dos 20% provenientes das taxas de exploração florestal e faunística  # de treinamentos as plataformas e grupos temáticos das osc	0  1	25  10	Relatório de actividades, e Lista de participantes  Relatórios de monitoria de implementação das políticas; Lista de participantes	Descoordenação entre os parceiros de financiamento;  Dificuldade de manter os custos operacionais com a retirada dos doadores;
	1.Promover a divulgação das acções da organização através da media e boletim.	# de treinamentos sobre matérias prioritárias realizadas por ano	0	4	Actas dos encontros dos grupos temáticos, lista de participantes	Falta de transparência na gestão de fundos por parte do fórum provincial das OSC
	2. Documentar boas práticas e grandes realizações dos projectos.	# de encontros realizados com as redes e grupos temáticos	0	5	Exemplares dos acordos de parceria, Documentos da estratégia existente	Resistência em de alguns membros das redes e grupos temáticos em participar
	3. Promover encontros de coordenação das equipas de gestão e implementação.					

<b>Melhorada a participação comunitária respeitando o género através de monitoria das acções desenvolvidas pelas OCBs e fóruns locais.</b>	# de edições do boletim da organização publicada trimestralmente .	0	4	ToRs, cópia de cada edição do boletim.	Maior disponibilidade de meios de comunicação.
	# de documentários produzidos e publicados na media sobre as acções da organização, produzidos semestralmente	0	2	ToRs e CDs com gravações dos compactos	Existência de experiência e boas práticas acumulada ao nível dos projectos da organização
	# de encontros para a revisão (Logotipo, autocolantes, brochura) da organização	0	4	Exemplares de Logotipo, autocolantes e Brochuras	Uma equipa de coordenação e gestão com capacidade para liderar estes processos
	# de encontros para elaboração da estratégia de comunicação da organização.	0	3	ToRs, cópia de cada edição do boletim.	Parceiros com disponibilidade para financiar este tipo de iniciativas
	# de encontros para a elaboração de Instrumentos de comunicação interna	0	2	ToRs e CDs com gravações dos compactos	Perda das parcerias de financiamentos
	# de sessões para actualizar o backup, organizar arquivos e padronizar a gestão de informação individual padronizado	0	4	ToRs e CDs com gravações dos compactos	Perda das parcerias de financiamentos
	# de encontros de coordenação realizados anualmente	0	6	Actas de encontrose listia de participantes	Resistência a mudança a nível da equipa da organização.

		# de inquéritos conduzidos para CDCs;	0	83	ToR de levantamento, fichas de inquéritos	Empenho dos membros dos CDCs/FLs/CLs
		# de inquéritos conduzidos para FLs;	0	20	Fichas de inquéritos;	Disponibilidade dos módulos para a capacitação
		# de inquéritos conduzidos para CLs capacitados	0	23	Planos de acção para fortalecimento	Doadores concordam com o plano de fortalecimento dos CDCs.
	1. Monitorar o funcionamento dos CDCs/FLs/CLs sobre. 2. Capacitar os CDCs/FLs/CLs no módulo planificação descentralizada, Liderança e gestão de conflitos, monitoria e avaliação, Prestação de contas e Género e Governação	# de inquéritos conduzidos aos CDCs capacitados	0	133	Planos de acção para fortalecimento	Doadores concordam com o plano de fortalecimento dos CDCs.
		# de inquéritos conduzidos aos FLs capacitados	0	32	Planos de acção para fortalecimento	Doadores concordam com o plano de fortalecimento dos CDCs.
<b>Melhorado o processo de planificação distrital através do engajamento</b>	1. Apoio na elaboração dos planos de desenvolvimento comunitários.	# de planos de desenvolvimento comunitário elaborados por ano sendo que para 5 anos um total de 415.	0	415 Planos no total, (2012-83, 2013-83, 2014-83, 2015-83 e 2016-83)	ToRs das actividades	Os governos distritais usam os planos comunitários durante o processo de planificação

<b>das OCBs e Fóruns locais de modo inclusivo respeitando o género.</b>	2. Priorização das necessidades dos planos de desenvolvimento comunitário nos FLs.	# de Planos comunitários priorizados nos FLs e encaminhados as autoridades distritais.	0	10	Planos desenvolvimento comunitários.	distrital(PESOD).  Os planos encaminhados sem resposta
	3. Promover workshops de partilha e apresentação dos Planos de Desenvolvimento Comunitários aos serviços distritais.	# de workshops realizados para a partilha dos PDCs no nível dos FLs com os serviços distritais.	0	20	Planos comunitários priorizados.	Existência de fundos para responder as necessidades das comunidades contidas nos planos comunitários
	4. Apoiar os CDCs para o encaminhamento as autoridades distritais	# de planos encaminhados pelos DCs as autoridades distritais por ano	10	83	Relatórios de Workshops distritais.	alta de meios para a elaboração efectiva dos planos



<b>Melhorada participação comunitária através da monitoria da implementação dos planos distritais</b>	1. Promover encontros de prestação de contas pelas CTDs as comunidades	# de encontros realizados nos CDCs	0	83	Relatórios dos encontros de prestação de contas Relatórios dos encontros de prestação de contas	As autoridades distritais estão abertas para fazerem a prestação de contas e promover o monitoria conjunta dos planos distritais.
		# de encontros realizados com FLs	0	20	Relatórios dos encontros de prestação de contas	As autoridades distritais estão abertas para fazerem a prestação de contas e promover o monitoria conjunta dos planos distritais.
		# de encontros realizados CLs de prestação pelas CTDs	0	23	Relatórios dos encontros de monitoria conjuntas.	As autoridades distritais estão abertas para fazerem a prestação de contas e promover o monitoria conjunta dos planos distritais.
	2. Apoiar os CDCs/FLs/CLs na monitoria conjunta dos planos distritais.	# de encontros realizados nos CDCs de monitoria conjunta dos PESODs	0	83	Relatórios dos encontros de monitoria conjuntas.	CDCs/FLs/CLs sem experiência de actividades de monitoria e advocacia; CDCs/FLs/CLs sem experiência de actividades de monitoria e advocacia;
		# de encontros realizados nos FLs de monitoria conjunta dos PESODs	0	20	Relatórios dos encontros de monitoria conjuntas. Relatórios da distribuição da legislação.	CDCs/FLs/CLs sem experiência de actividades de monitoria e advocacia;
		# de encontros realizados com os CLs de monitoria conjunta dos PESODs	0	23	Relatórios da distribuição da legislação.	CDCs/FLs/CLs sem experiência de actividades de monitoria e advocacia;
		# realizados encontros de planificação com os CDCs com um kit de legislação	0	83	Relatórios da distribuição da legislação.	Forte Interferência partidária do partido no poder nas comunidades;
3. Promover o acesso a						

	<p>informação dos instrumentos de planificação e quadro legal de planificação descentralizada.</p> <p>4. Divulgar/partilhar os resultados das monitorias conjuntas em outros fóruns Provinciais e Nacionais</p>	<p>básica</p> <p># realizados encontros de planificação com os FLs com um kit de legislação básica</p> <p># realizados encontros de planificação com os CLs com um kit de legislação básica</p> <p># de programas radiofónicos modelos radio difundidos pelas rádios comunitárias sobre a planificação descentralizada</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>20</p> <p>25</p> <p>5</p>	<p>Relatórios da distribuição da legislação.</p> <p>Relatórios da distribuição da legislação.</p> <p>CDs dos programas gravados.</p>	<p>Forte Interferência partidária do partido no poder nas comunidades;</p> <p>Forte Interferência partidária do partido no poder nas comunidades;</p> <p>Comunidades com nível de escolaridade e instrução muito baixa.</p>
<p><b>Estruturado e funcional modelos de</b></p>	<p>1. Realizar campanhas de sensibilização sobre recolha, depósito e</p>	<p># de Municípios/sedes distritais envolvidas nas campanhas de sensibilização</p>	<p>2</p>	<p>4</p>	<p>ToRs das actividades realizadas;</p>	<p>Fraca capacidade dos municípios na implementação da</p>

<b>Tratamento e reciclagem de resíduos sólidos na província de Cabo-Delgado</b>	tratamento dos resíduos sólidos. 2. Fazer lobby e advocacia junto dos Municípios para a recolha periódica dos resíduos sólidos. 3. Capacitar sobre o ambiente nas escolas, fazendo uso dos 20% do Currículo Local.	# de escolas envolvidas nos programas de sensibilização ambiental  # de alunos (H/M) que participaram nas campanhas de sensibilização ambiental	0  0	25  100	Listas dos participantes;  Memorandos assinados com Municípios e distritos;	actividade.  Fraco envolvimento das comunidades na deposição dos resíduos sólidos nos locais identificados. Surgimento de potenciais agentes interessados em colaborar com autoridades locais no tratamento dos resíduos sólidos.
	4. Colaborar com a DPCAA e autoridades distritais para identificação de locais para deposição de resíduos sólidos ao nível dos distritos.	# de modelo/ projecto desenvolvido para reciclagem de resíduos sólidos	0	1	Relatórios de progresso das actividades;	Parceria entre ama e instituições académicas ou de pesquisa, estabelecidas
		# de locais identificados para a desposição de vresíduos sólidos	0	10	Relatórios de actividades, Fotografias e listas de participantes	Parceria entre ama e instituições académicas ou de pesquisa, estabelecidas
		# de pesquisas realizadas	0	5	exemplares de pesquisas realizadas	boa colaboração dos conselhos municipais e comunidades
	5. Realizar pesquisas no campo da reciclagem de resíduos sólidos.	# de municípios treinados em matéria de gestão de resíduos sólidos;	0	5	Exemplar de projecto aprovado pela ama;	boa colaboração dos conselhos municipais e comunidades

<b>Asseguradas práticas de preservação do mar das águas interiores no uso comunitário</b>	1. Promover acções para o uso de latrinas melhoradas nas comunidades.	# de comunidades sensibilizadas	<b>0</b>	25	Relatórios de progresso, Lista de Participantes ~	Aspectos culturais interferem negativamente na adopção do uso de latrinas melhoradas pelas comunidades
	2. Sensibilizar as comunidades sobre medidas de higiene, conservação e uso correcto das fontes de água	# de variação de latrinas construídas anualmente	<b>5</b>	25	Inquérito	Autoridades comunitárias colaboram na sensibilização das comunidades Resistência das comunidades em aderir às campanhas de sensibilização.
	3. Treinar activistas para saneamento e saúde nas comunidades	# de activistas treinados	<b>0</b>	15	Lista de participantes;	bom empenho dos activistas
	4. Sensibilizar pescadores e comunidades sobre os efeitos nocivos dos poluentes nas actividades pesqueiras.	# de comunidades livres do Fecalismo a céu aberto	<b>3</b>	25	Estudos de caso sobre a mudança de atitude nas comunidades	Fraca capacidade de fiscalização.
	5. Realizar lobby para que o Governo fiscalize mais as águas marítimas e interiores	# de comunidades sensibilizadas sobre higiene, conservação e uso correcto de fontes de água.	<b>10</b>	50	Relatório de actividades; Lista de participantes	Corrupção por parte dos agentes de fiscalização
	# propostas apresentadas ao governo/assembleia provincial/Nacional	<b>0</b>	5	Exemplares de propostas apresentadas	Boa colaboração do Governo	

<b>Aumentar a segurança alimentar através do Aumento produção de excedentes de produção de modo sustentável por métodos alternativos aos tradicionais para o sustento das famílias.</b>	1. Pesquisar e estabelecer actividades económicas alternativas existentes noutras organizações).	% das comunidades de intervenção da organização pesquisadas;	0	10	Relatórios de progresso	Vontade empreendedora.
	2. Diagnosticar possibilidades e potencialidades económicas locais rentáveis.	% das comunidades de intervenção com estudos diagnósticos realizados	0	5	Documento da metodologia estabelecida	Existência de um financiamento (doador) inicial.
	3. Capacitar em elaboração de Planos de Negócios e empreendedorismo.	# de Capacitados em matérias de empreendedorismo	0	50	Exemplares de planos de negócios	Positiva colaboração com SDAE.
	4. Pesquisar e estabelecer oportunidades financiamento (grupos de poupança, micro-créditos, FDD, etc.).	% das comunidades de intervenção com PCRs estabelecidos;	0	10	Relatórios económicos comunitários reportando o resultado da implementação dos planos de negócio	Mercado limitado e mudança dos preços.
	5. Implementar um sistema de monitoria e seguimento das acções pós capacitações	% das famílias nas comunidades de intervenção executam actividades económicas alternativas.	0	10	Relatórios de actividades; Fotografias	Desonestidade nos grupos de poupança, corrupção.

<b>Actualizados os Documentos Estratégicos da ama</b>	1. Realizar encontros de discussão para a revisão dos Estatutos	# de encontros realizados para a discussão da nova versão dos Estatutos	0	4	ToRs para revisão dos estatutos; Lista de participantes	Morosidade da Comissão de Trabalho.
	2. Realizar sessão da Assembleia Geral para aprovação da nova versão dos Estatutos.	# de sessões da Assembleia Geral realizadas para aprovação da nova versão dos estatutos	0	1	Relatórios e acta dos encontros.	Assembleias Gerais realizadas anualmente;
	3. Requerer e obter do Governo Provincial a aprovação legal dos Estatutos revistos e publicá-la no BR.	# de exemplar de RI revisto e actualizado;	0	1	Relatório da Assembleia Geral.	Morosidade do Governo Provincial na aprovação;
	4. Realizar encontros de trabalho para discussão e melhoramento do RI;	# de exemplar do MPAF actualizado;	0	1	BR de publicação do estatuto revisto;	Inoperacionalidade dos órgãos sociais
	5. Realizar encontros de trabalho para discussão e melhoramento do MPAF	# de consultor contratado para controle de qualidade dos documentos;	0	1	ToRs de revisão e actualização do RI/MPAF;	Morosidade das Comissões de Trabalho.
	6. Contratar um consultor para efectuar controle de qualidade do RI/MPAF	G realizada para aprovação do RI/MPAF;			Exemplares do RI/MPAF concluído;	Dificuldade de identificar consultores experientes em CD;
	7. Aprovar o RI e MPAF em Assembleia Geral	# de cópias do RI e MPAF aprovado	0	1	Relatórios das Comissão de Trabalho e Relatório da Assembleia Geral e Listas de participantes	Dificuldade de identificação de fundos para orientar esta actividade

<b>Actualizado o Manual de Recursos Humanos às necessidades da ama</b>	<p>1. Aprovação e implementação do Plano Estratégico de RH, que inclui:</p> <p>2. Levantamento das necessidades profissionais em função da estrutura operacional da ama.</p> <p>3. Levantamento das necessidades de capacitação dos membros e funcionários da ama.</p> <p>4. Elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da ama, com actividades de formação.</p> <p>5. Concepção de um Sistema de Avaliação de Desempenho.</p> <p>6. Recrutar pessoal profissional / qualificado para as funções</p>	<p># de exemplares da estratégia de RH aprovado e em implementação</p> <p>Organograma e fluxograma) claro das funções da ama</p> <p>Claras Descrições de Tarefas e Funções</p> <p>Funções preenchidas com quadros profissionais.</p> <p>Plano de Desenvolvimento de RH existente.</p> <p>#de quadros formados nas respectivas funções.</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>10</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>50</p>	<p>ToRs para elaboração da estratégia de RH;</p> <p>Organograma finalizado e aprovado</p> <p>DTFs</p> <p>Exemplar da estratégia deRHP</p> <p>Anúncios de recrutamento</p> <p>Contratos de Trabalho, Relatórios das Formações</p>	<p>Orçamento para contratação de pessoal qualificado</p> <p>Orçamento para formações</p>
<b>Garantir a implementação do Plano Estratégico da ama</b>	<p>1. Identificar novas organizações parceiras de cooperação que colaboram na área temática e geográfica</p>	<p># de cordos de financiamento assinados anualmente;</p>	<p>3</p>	<p>6</p>	<p>Memorandos de financiamento.</p>	

	(Cabo Delgado). 2. Estabelecer contactos com as organizações identificadas para angariar apoios para a implementação do PE. 3. Estabelecer acordos de financiamento com as organizações interessadas 4. Elaborar Planos Operacionais Anuais. 5. Elaborar Relatórios Semestrais / Anuais narrativos e financeiros. 6. Realizar anualmente auditorias financeiras externas. 7. Realizar uma Avaliação de Meio Termo em 2020. 8. Realizar uma Avaliação Final em 2022 9. Preparar o PE 2022 – 2027 em 2022.	# de plano operacional elaborado anualmente;  # de relatórios trimestrais elaborados por período;  # de relatórios anuais dos projectos elaborados; # de relatório das actividades da organização compilado;,  # de Auditorias anuais com boa qualificação  # de Relatórios anuais apresentados a parceiros acordados dos contratos  Relatório de avaliação meio-termo e final do PE disponível  # de encontros realizados para a preparação do PE 2022-2027	1  1  0  0  2  0  0  1	1  6  6  1  5  6  0  4	Relatórios trimestrais e anuais;  Relatórios de auditoria  Actas das sessões da Assembleia-geral da ama em que se aprovam os relatórios anuais ToRs para avaliação de meio termo Exemplares dos relatórios de avaliação da ama;  ToRs para elaboração do plano estratégico 2016-2020  Actas de encontros e lista de participantes	Existência de parceiros de cooperação interessados.  Financiamento garantido por parte dos actuais projectos Capacidade interna de implementação do PE. Sobrecarga de actividades do pessoal de actualmente contratado;  Inexistência de pessoal contratado da área de programas, monitoria e avaliação
<b>Garantido o funcionamento dos Órgãos sociais da ama</b>	1. Realizar Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias; 2. Reunir periodicamente	# de Assembleias-gerais ordinárias realizadas por ano  # de Planos anuais dos	1  0	2  1	acta de encontros, lista de participantes  Actas da assembleia-geral que aprovam os planos anuais dos	



	os órgãos sociais; 3. Fiscalizar as actividades e contas pelo Conselho Fiscal 4. Elaborar e implementar Planos Operacionais anuais. 5. Monitorar as actividades dos Planos Operacionais. 6. Divulgar o Plano Estratégico entre os membros e parceiros;	órgãos sociais existentes PE da ama aprovado em Assembleia-geral dos membros # de sessões de apresentação do PE da ama aos membros e parceiros # de planos operacionais Monitorados # de encontros para adivulgação do PE aos membros e parceiros	0 0 0 0	1 4 10 0	órgãos sociais presença de todos membro da ama Actas de encontro e Lista de participantes boa colaboração dos oficiais e coordenadores dos projectos indisponibilidade dos membros	Orçamento para a preparação e realização de AGs. Orçamento para funcionamento dos Órgãos Sociais
<b>Garantidas as premissas para a sustentabilidade da ama.</b>	1. Pagamento sistemático de jóias e quotas 2. Operacionalizado o funcionamento da ama e 10% para custos indirectos. 3. Prestações de Serviços em capacitações, uso do Centro de Recursos e provisão de trabalhos a terceiros. 4. Projectar Centro de Recursos da ama na expansão 5. Obter Licença de Construção do Centro de Recursos na zona de expansão	# de membros que pagam as quotas regularmente; # de encontros do CP ama realizado anualmente; # de contratos de prestação de serviços a outros parceiros assinados por ano % de receitas da ama proveniente da prestação de serviços a parceiros Projecto do Centro de Recursos aprovado pelos membros e Conselho Municipal)	10 1 1 2 1	50 2 4 10 1	ToRs e Relatórios dos encontros da ama Relatório de contas da ama Licença de construção da sede da ama Visita as Instalações físicas da ama (próprias); Contratos de prestação de serviços assinados	Empenho dos membros Doadores concordam com suporte institucional à ama Solicitação de serviços por terceiros. Exiguidade de parceiros para financiar a construção de Sede própria. Falta de cultura de trabalho virado para resultados por parte dos funcionários contratados

	6. Rentabilizar todos os escritórios da ama	Projectos da ama consolidados	1	2	Acta de encontros, lista de participantes	Colaboração dos membros e funcionários da ama